



EQUATORIAL ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73
NIRE 2130000938-8
Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia prevista para ser realizada no dia 27 de abril de 2017:

Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomada das contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2016.

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2016, conforme divulgadas em 08 de março de 2017 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e no website da Companhia e publicadas nos jornais Folha de São Paulo, O Estado do Maranhão e Diário Oficial do Estado do Maranhão (as “Demonstrações Financeiras”).

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

2. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2016.

Propomos que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras, conforme detalhado no Anexo II a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09, bem como que seja aprovada a distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração em reunião datada de 08 de março de 2017.

3. Deliberação sobre o pagamento de dividendos.

Propomos a distribuição de R\$170.871.635,90 (cento e setenta milhões, oitocentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa centavos) a título de dividendos, conforme aprovado pela Reunião do Conselho de Administração de 08 de março de 2017, que deverão ser somados aos R\$55.629.270,76 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e nove mil, duzentos e setenta reais e setenta e seis centavos) valores dos juros sobre capital próprio (valor bruto dos impostos previstos na legislação aplicável) cujo pagamento foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de dezembro de 2016.

De acordo com nossa proposta, os dividendos serão pagos até 31 de dezembro de 2017, em parcela única, sem qualquer atualização monetária. A base acionária que fará jus ao recebimento dos dividendos será aquela da mesma data de realização da Assembleia, 27 de abril de 2017.

4. Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia e Deliberação sobre a sua eleição.

Propomos que seja fixado em 7 o número de membro do Conselho de Administração da Companhia e indicamos os Srs. Carlos Augusto Leone Piani, Firmino Ferreira Sampaio Neto, José Jorge Vasconcelos de



Lima, Eduardo Saggioro, Guilherme Mexias Aché, Marcelo Souza Monteiro e Luis Henrique de Moura Gonçalves aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes ao candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia acima indicado encontram-se detalhadas no Anexo III a esta proposta.

5. Deliberação acerca da instalação, funcionamento e número de membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2017, assim como a eleição de seus respectivos membros.

Indicamos os Srs. Saulo de Tarso Alves de Lara (suplente Moacir Gibur), Paulo Roberto Franceschi (suplente Claudia Luciana Ceccatto de Trotta), Vanderlei Dominguez da Rosa (Ricardo Bertucci) aos cargos de membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo III a esta proposta.



ANEXO I

Comentários dos Diretores da Companhia **Item 10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Companhia é uma *holding* que atua nos segmentos de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, assim como de prestação de serviços relacionados à energia elétrica nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A Companhia possui sede em São Luís, no Estado do Maranhão, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA sob o *ticker* "EQTL3" e, desde 2008, participa do segmento de listagem do Novo Mercado.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$4.024 milhões, representando um aumento de 16% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.479 milhões).

O lucro líquido atribuído aos controladores no ano encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$712 milhões e EBITDA de R\$1.445 milhões, enquanto o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$808 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.469 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$2.514 milhões valor que representava 0,61 vezes o patrimônio líquido e 1,7 vezes o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2015, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.682 milhões, valor que representava 0,48 vezes o patrimônio líquido e 1,4 vezes o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os investimentos próprios da CEMAR somaram R\$486 milhões, além daqueles destinados ao Programa Luz Para Todos, que totalizaram R\$121 milhões. A controlada Celpa, em 2016, investiu R\$501 milhões em investimentos próprios e R\$231 milhões no Programa Luz Para Todos.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$3.479 milhões, representando um aumento de 23% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.836 milhões).

O lucro líquido atribuído aos controladores no ano encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$808 milhões e EBITDA de R\$1.469 milhões, enquanto o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$638 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.298 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$1.682 milhões valor que representava 0,48 vezes o patrimônio líquido e 1,4 vezes o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2014, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.543 milhões, valor que representava 0,54 vezes o patrimônio líquido e 1,19 vezes o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os investimentos próprios da CEMAR somaram R\$340 milhões, além daqueles destinados ao Programa Luz Para Todos, que totalizaram R\$76 milhões. A controlada Celpa, em 2015, investiu R\$481 milhões em investimentos próprios e R\$219 milhões no Programa Luz Para Todos.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$2.836 milhões, representando um aumento de 20% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2.354 milhões).

O lucro líquido atribuído aos controladores no ano encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$638 milhões e EBITDA de R\$1.298 milhões, enquanto o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$69 milhões e EBITDA Ajustado de R\$586 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$1.543 milhões valor que representava 0,54 vezes o patrimônio líquido e 1,19 vezes o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2013, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.189 milhões, valor que representava 0,51 vezes o patrimônio líquido e 1,8 vezes o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os investimentos próprios da CEMAR somaram R\$316 milhões, além daqueles destinados ao Programa Luz Para Todos, que totalizaram R\$72 milhões. A controlada Celpa, em 2013, investiu R\$458 milhões em investimentos próprios e R\$201 milhões no Programa Luz Para Todos.

b. estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia e suas controladas realizam frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital da Companhia era composta por 34% de capital próprio e 66% de capital de terceiros, comparados a 34% de capital próprio e 66% de capital de terceiros em dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a estrutura de capital era composta por 31% de capital próprio e 69% de capital de terceiros.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Capital próprio			
Capital social	1.981.985	1.980.214	1.977.276
Reserva de capital	54.959	44.909	22.585
Reserva de lucros	2.009.845	1.474.107	871.843
Ajuste de avaliação patrimonial	-22.262	-22.262	-22.262
Outros Resultados Abrangentes	-529	4.050	-13.075
Prejuízos Acumulados	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	847.689	748.482	609.158
Patrimônio líquido	4.871.687	4.229.500	3.445.525
Capital de terceiros			



Passivo circulante	3.416.305	3.131.472	3.152.614
Passivo não circulante	5.931.528	5.225.176	4.670.497
Total do Passivo	9.347.833	8.356.648	7.823.111
Caixa e equivalentes de caixa	3.057.919	2.481.340	2.481.340
Passivo líquido total	6.289.914	5.875.308	5.341.771
Total do passivo e patrimônio líquido	14.219.520	12.586.148	11.268.636

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazos e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

Adicionalmente a Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de crescimento observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

A Companhia e suas controladas administram seu capital de modo a maximizar o retorno de seus investidores, por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia e de suas controladas.

O gerenciamento de capital da Companhia e de suas controladas está baseado no acompanhamento de três principais indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia e de suas controladas:

- Dívida Líquida/EBITDA;
- Dívida Líquida/Despesa Financeira Líquida;
- Endividamento Financeiro Líquido (Endividamento Financeiro Líquido + Patrimônio Líquido).

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o seu perfil de longo prazo do endividamento, bem como a trajetória de seus resultados, a Companhia pretende honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas.

Esta afirmação pode ser atestada através da avaliação do índice de alavancagem consolidada (dívida líquida dividida por seu EBITDA dos últimos 12 meses) da Companhia que encerrou o exercício de 2016 em 1,7vezes, sendo 1,4 vezes ao final do exercício de 2015 e 1,4 vezes ao final de 2014.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia de maneira consolidada apresentava R\$667 milhões de endividamento vencendo no curto prazo. Considerando-se a posição de R\$3.058 milhões em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia de maneira consolidada apresentava R\$852 milhões de endividamento vencendo no curto prazo e mais R\$3.082 milhões vencendo em 2017. Considerando-se a posição de R\$2.481 milhões em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia de maneira consolidada apresentava R\$971 milhões de endividamento vencendo no curto prazo e mais R\$3.404 milhões vencendo a partir de 2016.

Considerando-se a posição de R\$ 1.964 milhões em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:

Atualmente a Companhia possui limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras de primeira linha, porém não tem utilizado os mesmos para financiamentos de curto prazo em capital de giro.

Os diretores da Companhia entendem que caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Atualmente a companhia possui limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras de primeira linha, porém não tem utilizado os mesmos para financiamentos de curto prazo em capital de giro.

Caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. **outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. **grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

CEMAR

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento total consolidado em aberto da Emissora era de R\$2.470,8 milhões, dos quais 11,3% (R\$279 milhões) eram em moeda estrangeira. O endividamento total consolidado em aberto da Emissora, deduzido do caixa e investimentos de curto prazo, no montante de R\$1.361 milhões, atinge R\$1.110 milhões.

Do valor total do endividamento acima 24,3% (R\$599,4 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 75,7% (R\$1.871,4 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da CEMAR nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	2014	2015	2016
Curto Prazo	257,20	253,91	599,35
<i>Moeda Estrangeira</i>	2,90	2,11	266,92
<i>Moeda Nacional</i>	254,30	251,80	332,43
Longo Prazo	1.867,60	1.997,64	1.871,41
<i>Moeda Estrangeira</i>	10,10	332,46	12,33
<i>Moeda Nacional</i>	1.857,50	1.665,18	1.859,08
Total Geral	2.124,80	2.251,55	2.470,76

CELPA

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento total consolidado em aberto da Emissora era de R\$2.363,6 milhões, dos quais 23% (R\$543 milhões) eram em moeda estrangeira. O endividamento total consolidado em aberto da Emissora, deduzido do caixa e investimentos de curto prazo, no montante de R\$1.167 milhões, atinge R\$1.197 milhões, descondiderando dívida da Recuperação Judicial e Partes Relacionadas.

Do valor total do endividamento acima 16,4% (R\$387,6 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 83,6% (R\$1.975,9 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da CELPA nos períodos em referência.

Dívidas (R\$ milhões)	2014	2015	2016
Curto Prazo	713,58	598,78	387,61
<i>Moeda Estrangeira</i>	534,97	487,45	280,23
<i>Moeda Nacional</i>	178,61	111,33	107,38
Longo Prazo	1.536,61	1.084,81	1.975,97
<i>Moeda Estrangeira</i>	226,72	455,51	263,20
<i>Moeda Nacional</i>	1.309,89	629,30	1.712,77
Total Geral	2.250,19	1.683,59	2.363,58

CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento total consolidado em aberto do Emissor era de R\$4.834 milhões, dos quais 17% (R\$823 milhões) em moeda estrangeira. O endividamento total consolidado em aberto da Emissora, deduzido do caixa e investimentos de curto prazo, no montante de R\$3.058 milhões, atinge R\$1.766 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 20,4% (R\$987 milhões) tem vencimento no curto prazo e 79,6% (R\$3.847 milhões) tem vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto do Emissor nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	2014	2015	2016
Curto Prazo	959,85	852,69	986,96
<i>Moeda Estrangeira</i>	537,87	489,56	547,15
<i>Moeda Nacional</i>	432,91	363,13	439,81
Longo Prazo	2.897,75	3.082,45	3.847,38
<i>Moeda Estrangeira</i>	236,82	787,97	275,53
<i>Moeda Nacional</i>	3.167,39	2.294,48	3.571,85
Total Geral	3.857,60	3.935,14	4.834,34

Financiamentos Relevantes

CEMAR

Destacamos abaixo as principais operações de endividamento contratadas entre 2007 a 2015:

Dívida com a ELETROBRÁS:

- Em janeiro de 2009, foi assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2724/2008 no valor total de até R\$ 97.686 mil, dos quais já foram liberados R\$89.492 mil. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.
- Em dezembro de 2010, foi assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2890/2010 no valor total de até R\$85.310 mil, dos quais foram liberados R\$66.168 mil. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para melhoria e suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.

Dívida com IFC:

- Em 28 de fevereiro de 2008, a CEMAR finalizou a contratação do financiamento de US\$80.000.000,00 junto ao IFC - International Finance Corporation, com o objetivo de financiar parte dos seus investimentos já realizados em 2007, e parte dos investimentos previstos para o biênio 2008/2009. O empréstimo foi concedido em reais, num montante de R\$135.056 mil, considerando a PTAX de venda de 1,6882 do dia 26 de fevereiro de 2008. O custo da operação foi fixado em 90,9% do CDI, através da realização de um swap cambial pelo IFC, incidindo o custo adicional de 1,5% a.a. a título de "Exposure Fee". O prazo total deste financiamento é de 8 anos, com 2 anos de carência.

Neste contrato, a CEMAR apresenta alguns indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1º Covenant: Quociente resultante da divisão da DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA pelo EBITDA dos últimos 12 meses, menor ou igual a 2,5 (dois e meio);

2ª Covenant: Quociente resultante da divisão do EBITDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS, maior ou igual a 2,0 (dois).

Índices Financeiros IFC	4T15	3T15	2T15	1T15
Dívida Bruta	2259512,295	2299462,73	2.192.991	2.149.622
(-) Disponibilidades	(1.405.235)	(1.339.929)	(1.156.366)	(1.063.045)
(-) Baixa Renda a Receber	(34.537)	(38.456)	(36.955)	(57.673)
(-) Ativos Regulatórios Líquidos	(7.101)	(78.053)	(133.280)	(172.847)
(-) SWAP	(109.131)	(98.373)	(47.076)	
(-) Cauções STN	(12.185)	(12.118)		
(-) Repasses vencidos CDE	(21.317)	(21.988)		
= Dívida Financeira Líquida	670.007	710.546	819.314	856.057
EBITDA Regulatório	587.263	592.472	555.480	578.405
1º Covenant: <=2,5	1,14	1,20	1,47	1,48
Desp. Fin. Líquida	20.183	53.222	78.007	97.676
2º Covenant: >=2	29,10	11,13	7,12	5,92

* Corresponde a dívida bruta de Empréstimos e financiamentos e dívida bruta de Debêntures.

** EBITDA calculado conforme contrato de financiamento, que significa o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, desconsiderando as outras despesas e receitas não recorrentes. As outras despesas e receitas não recorrentes são provenientes de baixas e alienação do ativo imobilizado.

Dívida com o Banco do Nordeste do Brasil:

- BNB I – No ano de 2006, a Cemar contratou financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, no montante de R\$136.076, com a finalidade de financiar os investimentos em redução das perdas técnicas e comerciais, melhoria na qualidade no fornecimento de energia elétrica, expansão do sistema de distribuição e atualização de tecnologia da informação. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa efetiva dessa operação é de 10 % ao ano.

BNB II - Em 05 de fevereiro de 2009, a CEMAR assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$144.939 mil, com a finalidade de complementar os recursos financeiros para investimentos na rede elétrica. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE é 10% ao ano, considerando o bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos juros.

Dívida com o BNDES:

- Em 11 de novembro de 2011, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de até R\$193.023,4 mil, com o total liberado de R\$175.237 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos, conforme segue abaixo:
 - Subcrédito A: O valor contratado é de R\$70.626mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com o custo de TJLP + 2,21% ao ano. O prazo total é de 6 anos, com início de amortização em Janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,21% ao ano.

- Subcrédito B: O valor contratado é de R\$70.626mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com o custo de TJLP + 3,21% ao ano. O prazo total é de 6 anos, com início de amortização em Janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 9,21% ao ano.
- Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$50.772mil, com o total de R\$33.000 mil liberados nas datas de 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, e custo de 8,7% ao ano. O prazo total é de 10 anos, com carência de 2 anos e amortização em 8 anos com início em Dezembro 2013. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,7% ao ano.
- Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$1.000mil, com o total de R\$986 mil liberados em 27 de dezembro de 2012 e com custo de TJLP. O prazo total é de 6 anos, com um ano de carência e 5 anos de amortização com início em Dezembro 2017. Em 31 de dezembro de 2011.
- Em 13 de dezembro de 2012, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de até R\$516.487,6 mil, com um total já liberado de R\$333.949 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em nove subcréditos, conforme segue abaixo:
 - Subcrédito A: O valor contratado é de até R\$144.562,4mil, com o total de R\$144.562 mil liberados até 31 de dezembro de 2014 e com o custo de TJLP + 2,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com início de amortização em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação era de 7,06% ao ano.
 - Subcrédito B: O valor contratado é de até R\$144.562,4mil, com o total de R\$144.562 mil liberados até 31 de dezembro de 2014 e com o custo de TJLP + 3,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com início de amortização em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação era de 8,06% ao ano.
 - Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$130.473,9mil, com o total de R\$110.614 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com custo de 2,5% ao ano. O prazo total é de 10 anos, com carência de 2 anos e amortização em 8 anos com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação era de 2,5% ao ano.
 - Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$36.641,8mil, com o total de R\$21.373 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com custo de TJLP + 2,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação era de 7,06% ao ano.
 - Subcrédito E: O valor contratado é de até R\$36.641,8mil, com o total de R\$21.373 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com custo de TJLP + 3,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação era de 8,06% ao ano.
 - Subcrédito F: O valor contratado é de até R\$12.904,6mil, com o total de R\$6.259 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com custo de TJLP + 2,5% ao ano. O prazo total é de 10 anos, com 2 anos de carência e 8 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação era de 2,5% ao ano.
 - Subcrédito G: O valor contratado é de até R\$4.065,4mil, com o total de R\$3.842 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com custo de TJLP + 2,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação era de 7,06% ao ano.

- Subcrédito H: O valor contratado é de até R\$4.065,4mil, com o total de R\$3.842 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com custo de TJLP + 3,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação era de 8,06% ao ano.
- Subcrédito I: O valor contratado é de até R\$2.569,5mil com custo de TJLP ao ano, com o total de R\$2.451 mil mil liberados até 31 de dezembro de 2016 O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação era de 5,0% ao ano.
- Em 30 de dezembro de 2014, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de até R\$557.700 mil, com um total já liberado de R\$103.552 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em oito subcréditos, conforme segue abaixo:
- Subcrédito A: O valor contratado é de até R\$136.162,2mil, com o total de R\$110.875 mil liberados até 31 de dezembro de 2016 e com o custo de Selic + 2,78% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com início de amortização em Abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação era de 16,26% ao ano.
 - Subcrédito B: O valor contratado é de até R\$136.162,2mil, com o total de R\$110.875 mil liberados até 31 de dezembro de 2016 e com o custo de TJLP + 2,78% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com início de amortização em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação era de 8,78% ao ano.
 - Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$42.342mil, com o total de R\$13.709 mil liberados até 31 de dezembro de 2016 e com custo de 6% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com carência de 2 anos e amortização em 6 anos com início em Fevereiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação era de 6% ao ano.
 - Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$119.344,5 mil, com o total de R\$35.000 mil liberados até 31 de dezembro de 2016 e com custo de TJLP + 2,28% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação era de 8,28% ao ano.
 - Subcrédito E: O valor contratado é de até R\$52.043,6mil, com o total de R\$27.500 mil liberados até 31 de dezembro de 2016 e com custo de Selic + 2,78% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, a taxa efetiva dessa operação era de 16,26% ao ano.
 - Subcrédito F: O valor contratado é de até R\$52.043,6mil, com o total de R\$27.500 mil liberados até 31 de dezembro de 2016 e com custo de TJLP + 2,78% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação era de 8,78% ao ano.
 - Subcrédito G: O valor contratado é de até R\$16.827,4 mil, com o total de R\$6.650 mil liberados até 31 de dezembro de 2016 e com custo de TJLP + 2,28% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação era de 8,28% ao ano.
 - Subcrédito H: O valor contratado é de até R\$2.774,6mil, sem valores liberados até 31 de dezembro de 2016 e com custo de TJLP + 2,28% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação era de 8,28% ao ano.

Dívida com o Banco do Brasil:

- Em Dezembro de 2014, foram feitos aditivos dos contratados de financiamentos Agroindustriais I, II e III e foi feito também uma nova captação no valor de R\$20.000 Mil do Banco do Brasil. No total foram captados R\$ 300.000 mil conforme segue a baixo:
 - Agroindustrial I: No dia 13 de maio de 2013 foram captados R\$90.000 mil, feito o aditivo em 19/12/2014. Este contrato é do tipo “bullet” com prazo de dois anos, ou seja, os juros serão semestrais a partir de 11/06/2015 e a amortização será paga de uma única vez no fim do segundo ano após a contratação do aditivo. O contrato Agroindustrial I subdivide-se conforme a baixo:
 - Agroindustrial I – Subcrédito A: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 108% do CDI.
 - Agroindustrial I – Subcrédito B: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 108% do CDI.
 - Agroindustrial II: Em 21 de junho de 2013 foram captados R\$150.000 mil ao custo de 99% do CDI. Já em 19/12/2014 foi assinado o aditivo alterando o custo para 108% CDI. Este contrato é do tipo “bullet” com prazo de dois anos, sendo, os juros semestrais a partir de 12/06/2015 e a amortização a ser paga de uma única vez no fim do segundo ano após a contratação do aditivo.
 - Agroindustrial III: Em 19 de dezembro de 2013 foram captados R\$40.000 mil ao custo de 99% do CDI. Já em 19/12/2014 foi assinado o aditivo alterando o custo para 108% CDI. Este contrato é do tipo “bullet” com prazo de dois anos, sendo, os juros semestrais a partir de 15/06/2015 e a amortização a ser paga de uma única vez no fim do segundo ano após a contratação do aditivo.
 - Agroindustrial IV: Em 19 de dezembro de 2014 foram captados R\$20.000 mil também ao custo de 108% do CDI. Este contrato é do tipo “bullet” com prazo de dois anos, ou seja, a amortização e o os juros totais do contrato serão pagos de uma única vez no fim do terceiro ano após a contratação.

Dívida com o Santander:

- Santander – No ano de 2014, a Cemar contratou financiamento junto ao Santander, no montante de R\$100.000, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,30% ao ano.

Dívida com o Itaú:

- Itaú – Em 21 de outubro de 2014, a Cemar contratou financiamento junto ao Itaú, no montante de R\$100.000, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,30% ao ano.

Dívida com a Caixa Econômica Federal:

- Em dezembro de 2013 a CEMAR firmou junto à Caixa Econômica Federal um contrato no valor de R\$28.626,8 mil, montante este provido do FINISA (Fundo de investimento de infraestrutura e saneamento da CAIXA). Até 31 de dezembro de 2014 foram liberados R\$20.038 mil. Este contrato possui custo de 6% a.a., carência de 24 meses e será pago em 120 parcelas pelo método SAC (Sistema de Amortização Constante).

Por fim, os financiamentos acima contratados têm por objetivo financiamento dos planos de investimentos da Emissora e reforço de capital de giro.

CELPA

Destacamos abaixo as principais operações de endividamento contratadas:

- **Recuperação Judicial:** Com a aplicação do Plano de Recuperação Judicial, as operações de empréstimos e financiamentos da Emissora passaram por processo de novação e repactuação. Em 31/12/2015, as operações de empréstimos e financiamentos em Recuperação Judicial totalizaram um saldo de R\$820 milhões.
- **Eletrobrás:** em 31 de março de 2010, foi assinado pela Emissora junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2812/2010. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.
- ☐ **CEF:** em 28 de julho de 2015, foi assinado pela Emissora junto à CAIXA o contrato CEF415.877-81/2015. Com a extinção da RGR, o referido contrato está lastreado pelo financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - Finisa. O custo deste financiamento é de 6% ao ano, com prazo de vencimento em 12 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 10 anos. Estes recursos também se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.
- ☐ **BNDES:** em 15 de dezembro de 2015, foi assinado pela Emissora junto ao BNDES o novo contrato nº 15.2.0777.1, cujos créditos são destinados à implantação do plano de investimentos da CELPA para os anos de 2015 a 2017, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; expansão do sistema; e instalações administrativas. O custo deste financiamento é de 14,73% ao ano, com prazo de vencimento em 9 anos, composto pela carência de 3 anos e amortização em 6 anos.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados:

CEMAR

Para o contrato com BNDES celebrado em 23 de dezembro de 2012 para financiamento do plano de investimentos de 2012 a 2014, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado é até 31 de março de 2015.

Dos 516,5 milhões contratados, 86,9% já foram utilizados e 13,1% ainda deverão ser captados até o final de março de 2016.

Para o contrato com BNDES celebrado em 30 de dezembro de 2014 para financiamento do plano de investimentos de 2015 a 2017, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado é até 15 de março de 2018.

Dos R\$557,7 milhões contratados, 25,4% já foram utilizados e 74,6% ainda deverão ser captados até o final de março de 2015.

CELPA

Para o contrato com BNDES celebrado em 15 de dezembro de 2015 para financiamento do plano de investimentos de 2015 a 2017, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado é até 15 de Março de 2018. Dos R\$863,2 milhões contratados, 23,17% já foram utilizados e 76,83% ainda deverão ser captados até 2018.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Consolidado				
	31/12/2016	%AV	31/12/2015	%AV	%AH
Receita operacional líquida	7.825.601	100%	7.134.673	100%	10%
Custo do serviço de energia elétrica	(5.803.400)	-74%	(5.449.010)	-76%	7%
Lucro operacional bruto	2.022.201	26%	1.685.663	24%	20%
Despesas com vendas	(560.600)	-7%	(428.616)	-6%	31%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(328.599)	-4%	(327.091)	-5%	0%
Depreciação e amortização	-	0%	(45.829)	-1%	-100%
Amortização do direito de concessão	(6.373)	0%	(6.707)	0%	-5%
Resultado da equivalência patrimonial	26.893	0%	31.421	0%	-14%
Outras despesas/receitas operacionais	(101.165)	-1%	(215.327)	-3%	-53%
Total de receitas (despesas) operacionais	(969.844)	-12%	(992.149)	-14%	-2%
Lucro antes do resultado financeiro	1.052.357	13%	693.514	10%	52%
Resultado financeiro	(2.345)	0%	427.549	6%	-101%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	1.050.012	13%	1.121.063	16%	-6%
Imposto de renda e contribuição social	(176.886)	-2%	(161.215)	-2%	10%
Lucro líquido do período	873.126	11%	959.848	13%	-9%
Atribuível aos acionistas não controladores	(160.909)	-2%	(151.366)	-2%	6%
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora	712.217	9%	808.482	11%	-12%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$7.135 milhões em 2015 para R\$7.826 milhões em 2016, representando um aumento de 10%. Os Diretores da Companhia entendem que tal resultado está em linha mediante o cenário econômico atual do país.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$5.449 milhões em 2015 para R\$5.803 milhões no mesmo período de 2016, representando um aumento de 6%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão do aumento do custo de construção sendo este neutro para análise do resultado dos serviços uma vez que seu aumento é integralmente compensado por aumento na receita de construção, componente da receita operacional da Companhia.

Resultado financeiro

O resultado do financeiro líquido da Companhia passou de R\$428 milhões em 2015 para uma despesa financeira líquida de R\$2 milhões em 2016, representando uma variação negativa de 101% em virtude do Ajuste a Valor Presente dos valores de recuperação judicial de R\$380 milhões da controlada CELPA realizado em 2015.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$1.121 milhões em 2015 para R\$1.050 milhões em 2016, representando uma redução de 6%.

Lucro líquido do período



Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R808 milhões em 2015 para R\$712 milhões em 2016, representando uma redução de 12%.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Consolidado				
	31/12/2015	%AV	31/12/2014	%AV	%AH
Receita operacional líquida	7.134.673	100%	6.773.453	100%	5%
Custo do serviço de energia elétrica	(5.449.010)	-76%	(5.071.896)	-75%	7%
Lucro operacional bruto	1.685.663	24%	1.701.557	25%	-1%
Despesas com vendas	(428.616)	-6%	(371.449)	-5%	15%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(327.091)	-5%	(285.652)	-4%	15%
Depreciação e amortização	(45.829)	-1%	(35.339)	-1%	30%
Amortização do direito de concessão	(6.707)	0%	(1.116)	0%	501%
Resultado da equivalência patrimonial	31.421	0%	23.806	0%	32%
Outras despesas/receitas operacionais	(215.327)	-3%	(108.966)	-2%	98%
Total de receitas (despesas) operacionais	(992.149)	-14%	(778.716)	-11%	27%
Lucro antes do resultado financeiro	693.514	10%	922.841	14%	-25%
Resultado financeiro	427.549	6%	(210.909)	-3%	-303%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	1.121.063	16%	711.932	11%	57%
Imposto de renda e contribuição social	(161.215)	-2%	68.630	1%	-335%
Lucro líquido do período	959.848	13%	780.562	12%	23%
Atribuível aos acionistas não controladores	(151.366)	-2%	(142.806)	-2%	6%
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora	808.482	11%	637.756	9%	27%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$6.773 milhões em 2014 para R\$7.135 milhões em 2015, representando um aumento de 5%. Os Diretores da Companhia entendem que tal resultado está em linha mediante o cenário econômico atual do país.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$5.072 milhões em 2014 para R\$5.449 milhões no mesmo período de 2015, representando um aumento de 7%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão: (i) aumento no preço de liquidação da CCEE – PLD, devido à redução dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional, e (ii) aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações de Usina e cancelamentos de contratos não performados pelos geradores.

Resultado financeiro

O resultado do financeiro da Companhia passou de uma despesa financeira líquida de R\$211 milhões em 2014 para uma receita financeira líquida de R\$428 milhões em 2015, representando um aumento de 303% em virtude do Ajuste a Valor Presente dos valores de recuperação judicial em R\$380 milhões da controlada CELPA.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$711 milhões em 2014 para R\$1.121 milhões em 2015, representando um aumento de 11%.

Lucro líquido do período

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R638 milhões em 2014 para R\$808 milhões em 2015, representando um aumento de 27%.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$4.715 milhões em 2013 para R\$6.773 milhões em 2014, representando um aumento de 44%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) o aumento do volume de energia elétrica fornecida aos clientes da CEMAR, em 7,9% e de CELPA, que cresceu 11,7%, e (ii) reconhecimento dos saldos remanescentes apurados relativos às diferenças na Parcela A e outros componentes financeiros que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$3.673 milhões em 2013 para R\$5.073 milhões no mesmo período de 2014, representando um aumento de 38% pelos seguintes motivos:

- (i) O custo da energia elétrica passou de R\$3.104 milhões em 2013 para R\$4.443 milhões em 2014, representando um aumento de 43%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão: (i) a situação hidrológica desfavorável do país, que ocasionou a necessidade de despacho de algumas usinas térmicas fora da ordem de mérito, cujo preço por MWh é maior devido restrição do sistema interligado nacional ou necessidade de reserva de água, (ii) aumento da demanda de energia requerida com o crescimento do mercado tanto de CEMAR como de CELPA, (iii) atualização monetária contratual dos custos da compra de energia pelo IPCA, a partir de agosto de 2014, motivos que levaram ao crescimento do custo ser maior do que a receita operacional líquida, e (iv) Início de suprimento de energia de novos contratos oriundos dos leilões A – 5 (2009), A – 3 (2008).
- (ii) O custo da operação passou de R\$569 milhões em 2013 para R\$630 milhões em 2014, representando um aumento de 11%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente, em razão: (i) aumento no custo de material que passou de R\$13 milhões em 2013 para R\$21 milhões no mesmo período de 2014, representando um aumento de 40%.

Resultado financeiro

O resultado do financeiro da Companhia passou de uma despesa financeira líquida de R\$219 milhões em 2013 para R\$211 milhões em 2014, representando uma redução de 4%.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$69 milhões em 2013 para R\$712 milhões em 2014, representando um aumento de 925%.

Lucro líquido do período

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$68 milhões em 2013 para R\$638 milhões em 2014, representando um aumento de 894%.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	Consolidado				
	31/12/2016	%AV	31/12/2015	%AV	%AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	920.784	6%	397.866	3%	131%
Investimentos de curto prazo	2.137.135	15%	2.083.474	17%	3%
Contas a receber de clientes	2.292.104	16%	1.977.709	16%	16%
Contas a receber – bandeira tarifária	3.947	0%	5.542	0%	-29%
Aquisição de combustível - conta CCC	64.738	0%	221.298	2%	-71%
Serviços pedidos	133.605	1%	112.580	1%	19%
Depósitos judiciais	31.839	0%	25.277	0%	26%
Instrumentos financeiros derivativos	1.242	0%	52.826	0%	-98%
Estoques	19.987	0%	11.430	0%	75%
Impostos e contribuições a recuperar	105.000	1%	94.874	1%	11%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	127.909	1%	116.783	1%	10%
Outros créditos a receber	89.242	1%	58.692	0%	52%
	5.927.532	42%	5.158.351	41%	15%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	372.004	3%	277.587	2%	34%
Aquisição de combustível - conta CCC	93.306	1%	-	0%	N/A
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.284	0%	65.824	1%	-1%
Depósitos judiciais	165.018	1%	150.527	1%	10%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	273.803	2%	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	130.636	1%	88.233	1%	48%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	42.833	0%	39.661	0%	8%
Outros créditos a receber	66.965	0%	86.132	1%	-22%
Ativo financeiro da concessão	2.602.224	18%	2.228.931	18%	17%
Investimentos	96.322	1%	88.646	1%	9%
Imobilizado	8.755	0%	3.552	0%	146%
Intangível	4.648.641	33%	4.124.640	33%	13%
	8.291.988	58%	7.427.536	59%	12%
Total do ativo	14.219.520	100%	12.585.887	100%	13%
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	943.283	7%	934.780	8%	1%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	33.330	0%	33.994	0%	-2%
Empréstimos e financiamentos	868.211	6%	805.387	7%	8%
Debêntures	118.740	1%	47.303	0%	151%
Impostos e contribuições a recolher	357.041	3%	312.421	3%	14%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	9.306	0%	18.238	0%	-49%
Dividendos e JSCP	195.911	1%	217.998	2%	-10%
Encargos do consumidor	28.748	0%	43.495	0%	-34%
Contribuição de iluminação pública	42.101	0%	17.433	0%	142%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	69.029	0%	75.088	1%	-8%
Participação nos lucros de empregados	76.559	1%	65.384	1%	17%
Valores a pagar da recuperação judicial	96.409	1%	91.446	1%	5%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	86.222	1%	134.950	1%	-36%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	71.524	1%	49.561	1%	-57%
Outras contas a pagar	419.891	3%	283.994	3%	48%
	3.416.305	24%	3.131.472	28%	7%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.217.653	16%	2.587.266	23%	-14%
Debêntures	1.629.727	11%	495.182	4%	229%
Impostos e contribuições a recolher	37.316	0%	50.709	0%	-26%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	238.395	2%	142.502	1%	67%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	455.527	3%	469.996	4%	-3%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	1.501	0%	16.978	0%	205%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	153.334	1%	128.527	1%	19%
Valores a pagar da recuperação judicial	912.337	6%	995.599	9%	-8%
Plano de aposentadoria e pensão	38.412	0%	36.718	0%	5%
Instrumentos financeiros derivativos	31.278	0%	-	0%	-
Outras contas a pagar	216.048	2%	301.699	3%	-28%
	5.931.528	42%	5.225.176	46%	14%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.981.985	14%	1.980.214	18%	0%
Reservas de capital	54.959	0%	44.909	0%	22%
Reservas de lucros	2.009.845	14%	1.472.341	13%	37%
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	0%	(22.262)	0%	0%
Outros resultados abrangentes	(529)	0%	4.050	0%	-113%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	4.023.998	28%	3.479.252	31%	16%



Participação dos acionistas não controladores	847.689	6%	749.987	7%	13%
Total do patrimônio líquido	4.871.687	34%	4.229.239	38%	15%
Total do passivo	14.219.520	100%	12.585.887	100%	13%

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$5.158 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$5.928 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 15%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento no Caixa e equivalentes de caixa (de R\$398 milhões para R\$921 milhões) onde a controlada CELPA teve captação de recursos no montante de R\$960 referente à emissão das Debêntures e amortizações de empréstimos e financiamentos de R\$295.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$7.428 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$8.292 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 12%.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelos aumentos no Ativo financeiro de concessão (de R\$2.229 milhões para R\$2.602 milhões) e Intangível (de R\$4.125 milhões para R\$4.649 milhões) das controladas CEMAR e CELPA em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhoria na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$3.131 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$3.416 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 7%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pela emissão de Debêntures nas controladas CEMAR e CELPA que se destinou prioritariamente para aumento do capital de giro das mesmas (de R\$47 milhões para R\$119 milhões).

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$5.225 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$5.932 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 14%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela emissão de Debêntures nas controladas CEMAR e CELPA que se destinou prioritariamente para aumento do capital de giro das mesmas (de R\$495 milhões para R\$1.630).

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$4.229 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$4.024 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 16%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento das reservas (de R\$1.517 milhões para R\$2.065 milhões).

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Consolidado				
	31/12/2015	%AV	31/12/2014	%AV	%AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	397.866	3%	280.098	2%	42%
Investimentos de curto prazo	2.083.474	17%	1.683.565	15%	24%
Contas a receber de clientes	1.977.709	16%	1.382.874	12%	43%
Contas a receber – bandeira tarifária	5.542	0%	-	0%	N/A
Aquisição de combustível - conta CCC	221.298	2%	236.701	2%	-7%
Serviços pedidos	112.580	1%	106.304	1%	6%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	0%	341.602	3%	-100%
Depósitos judiciais	25.277	0%	20.037	0%	26%
Instrumentos financeiros derivativos	52.826	0%	64.553	1%	-18%
Estoques	11.430	0%	20.912	0%	-45%
Impostos e contribuições a recuperar	94.874	1%	109.916	1%	-14%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	116.783	1%	76.192	1%	53%
Outros créditos a receber	58.692	0%	64.070	1%	-8%
	5.158.351	41%	4.386.824	39%	18%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	277.587	2%	191.871	2%	45%
Aquisição de combustível - conta CCC	-	0%	380.854	3%	-100%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	0%	380.854	3%	-100%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.824	1%	113.255	1%	-42%
Depósitos judiciais	150.527	1%	136.156	1%	11%
Instrumentos financeiros derivativos	273.803	2%	8.860	0%	2990%
Impostos e contribuições a recuperar	88.233	1%	87.059	1%	1%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	39.661	0%	36.238	0%	9%
Outros créditos a receber	86.132	1%	63.222	1%	36%
Ativo financeiro da concessão	2.228.931	18%	1.565.973	14%	42%
Investimentos	88.646	1%	77.464	1%	14%
Imobilizado	3.552	0%	3.341	0%	6%
Intangível	4.124.640	33%	4.217.519	37%	-2%
	7.427.536	59%	6.881.812	61%	8%
Total do ativo	12.585.887	100%	11.268.636	100%	12%
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	934.780	7%	1.139.843	10%	-18%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	33.994	0%	29.773	0%	14%
Empréstimos e financiamentos	805.387	6%	959.855	9%	-16%
Debêntures	47.303	0%	10.861	0%	336%
Impostos e contribuições a recolher	312.421	2%	250.740	2%	25%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	18.238	0%	32.160	0%	-43%
Dividendos e JSCP	217.998	2%	176.840	2%	23%
Encargos do consumidor	43.495	0%	1.483	0%	2833%
Contribuição de iluminação pública	17.433	0%	30.848	0%	-43%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	75.088	1%	79.569	1%	-6%
Participação nos lucros de empregados	65.384	1%	56.855	1%	15%
Valores a pagar da recuperação judicial	91.446	1%	79.631	1%	15%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	134.950	1%	51.728	0%	161%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	49.561	0%	-	0%	N/A
Outras contas a pagar	283.994	2%	252.428	2%	13%
	3.131.472	25%	3.152.614	28%	-1%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.587.266	21%	2.897.754	26%	-11%
Debêntures	495.182	4%	506.423	4%	-2%
Impostos e contribuições a recolher	50.709	0%	77.046	1%	-34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	142.502	1%	31.614	0%	351%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	469.996	4%	546.245	5%	-14%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	16.978	0%	-	0%	N/A
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	128.527	1%	107.519	1%	20%
Valores a pagar da recuperação judicial	995.599	8%	256.230	2%	289%
Plano de aposentadoria e pensão	36.718	0%	47.768	0%	-23%
Outras contas a pagar	301.699	2%	199.898	2%	51%
	5.225.176	42%	4.670.497	41%	12%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.980.214	16%	1.977.276	18%	0%
Reservas de capital	44.909	0%	22.585	0%	99%
Reservas de lucros	1.472.341	12%	871.843	8%	69%
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	0%	(22.262)	0%	0%
Outros resultados abrangentes	4.050	0%	(13.075)	0%	-131%



Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	<u>3.479.252</u>	28%	<u>2.836.367</u>	25%	23%
Participação dos acionistas não controladores	<u>749.987</u>	6%	<u>609.158</u>	5%	23%
Total do patrimônio líquido	<u>4.229.239</u>	34%	<u>3.445.525</u>	31%	23%
Total do passivo	<u>12.585.887</u>	100%	<u>11.268.636</u>	100%	12%

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$4.387 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$5.158 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 18%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento no Contas a Receber de Clientes (de R\$1.383 milhões para R\$1.978 milhões), pelo aumento nos Impostos sobre o lucro a recuperar (de R\$76 milhões para R\$117 milhões) e pelo aumento dos Depósitos judiciais de curto prazo (de R\$20 milhões para R\$25 milhões).

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$6.882 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$7.428 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 8%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelo aumento no Ativo financeiro de concessão das controladas CEMAR e CELPA (de R\$1.566 milhões para R\$2.229 milhões) e pelo aumento dos Instrumentos financeiros derivativos de longo prazo (de R\$9 milhões para 279 milhões).

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$3.153 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$3.131 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 1%. Os Diretores da Companhia entendem praticamente não houve variação desta conta entre os exercícios.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$4.670 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$5.225 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 12%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento dos Valores a pagar da recuperação judicial na controlada CELPA (de R\$256 milhões para R\$996 milhões).

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$3.446 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$4.230 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 23%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento das reservas (de R\$894 milhões para R\$1.519 milhões).

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$3.081 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$4.387 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 42%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento na Conta de Consumo de Combustível CCC (de R\$94 milhões para R\$237 milhões), pelo aumento nos Instrumentos Derivativos Financeiros no curto prazo (de R\$4 milhões para R\$65 milhões), pelo reconhecimento dos saldos remanescentes apurados relativos às diferenças na Parcela A e outros componentes financeiros que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos em R\$342 milhões.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$6.022 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$6.882 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 14%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelo reconhecimento dos saldos remanescentes apurados relativos às diferenças na Parcela A e outros componentes financeiros que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos em R\$389 milhões.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$1.689 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$3.153 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 87%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento no endividamento bancário de curto prazo da Companhia (de R\$175 milhões para R\$ 971 milhões).

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$4.567 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$4.670 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 2%. Os Diretores da Companhia entendem praticamente não houve variação desta conta entre os exercícios.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$2.848 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$3.446 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 21%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento das reservas (de R\$496 milhões para R\$894 milhões).

10.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão da CEMAR e da CELPA.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Perdas de Energia

As distribuidoras CEMAR e CELPA sujeitam-se a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a necessidade da Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

Incentivos Fiscais

Depreciação Acelerada

O art. 31 da Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.988/2006 concedeu o incentivo da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda, para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2018, pelas pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição do bem.

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através da Portaria nº 0043, emitida pela SUDENE, em 27 de abril de 2007. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou os 217 Municípios do Estado do Maranhão como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas a que se refere à Portaria da SUDENE. Dessa forma, a CEMAR vem utilizando o incentivo para todos os 217 Municípios do Estado do Maranhão.

Na CELPA tal incentivo foi obtido através da declaração 013/2013, emitida pela SUDAM, em 20 de dezembro de 2013. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou 141 Municípios do Estado do Pará como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas. Dessa forma, a CELPA vem utilizando o incentivo para todos os 141 elencados nessa portaria.

Isenção de 75% do Imposto de Renda

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº. 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2021.

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75%, calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

A CVM através da Deliberação nº. 555, emitida em 12 de novembro de 2008, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. A lei nº. 11.638/07 extinguiu as reservas de capital e Doações e Subvenção para Investimento e criou a Reserva de Incentivos Fiscais, onde a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O setor elétrico segue um modelo que define tarifas para o ciclo tarifário de um ano. No caso da CEMAR, o ano tarifário vai de 28 de agosto de um ano até 27 de agosto do ano seguinte. No caso da Celpa, o ano tarifário vai de 07 de agosto de um ano até 06 de agosto do ano seguinte. Neste modelo são consideradas estimativas para os custos com encargos do setor, compra de energia, entre outros, que são considerados não-gerenciáveis pela empresa. A Demonstração de Resultados do Exercício (“DRE”) da Companhia sempre refletirá na receita a tarifa homologada que incluiu a expectativa desses custos não-gerenciáveis. Desta forma, a medida que são apurados os custos reais, os resultados da Companhia serão afetados por qualquer oscilação entre o valor realizado e aquele considerado na tarifa. Porém, para fins de modicidade tarifária junto à ANEEL a Companhia constituirá no Balanço Regulatório uma conta de CVA¹ para registrar qualquer variação entre o custo projetado e o real, especificamente dos itens não-gerenciáveis, para posterior cobrança e/ou devolução de diferença para os consumidores.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas,

¹ A CVA, criada pela Medida Provisória 2.227/01 e instituída pela Portaria Interministerial nº 25/02, registra a variação, entre os reajustes tarifários anuais, de parte dos itens de custo das distribuidoras, como a compra de energia elétrica da usina de Itaipu e alguns encargos tarifários do setor elétrico. O repasse da Conta às tarifas relativo à variação de 2003 deveria ter ocorrido no ano passado mas foi adiado para aplicação este ano e no ano que vem pela Portaria Interministerial nº 116, de 4 de abril de 2003.

até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 (“OCPC08”) que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

O aditamento dos contratos de concessão nos termos tratados nesta orientação representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse evento altera, a partir da sua data, as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas em relação à realização/obrigatoriedade desses ativos e passivos.

Desta forma, são condições que diferem do anteriormente apresentado e por isso seus efeitos são aplicados de maneira prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O saldo acumulado até 2014, desses ativos e passivos regulatórios das controladas foi reconhecido em contas de ativo em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de receita operacional de vendas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no dia 1º de janeiro de 2015, implementou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, que sinaliza aos consumidores em conta de energia os custos reais de geração de energia elétrica, impactados pelas condições operativas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em março de 2015 foram homologados os novos valores das Bandeiras Tarifárias através da Resolução Homologatória nº 1.859 de 02 de março de 2015. Com a publicação do Decreto nº 8.401, em 05 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo, risco hidrológico e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade. Essas despesas serão recuperadas pelas distribuidoras via bandeira tarifária, bem como na constituição dos componentes da CVA.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indexadores presentes no plano de negócios do Emissor são o IGP-M, TJLP, CDI e IPCA:

- IGP-M: A companhia possui 10,7% de seu endividamento atrelado ao IGP-M.
- TJLP: A Companhia possui 14,6% de seu endividamento atrelado a TJLP.
- CDI: Todas as aplicações financeiras da CEMAR e CELPA. A Equatorial possui 23,3% de seu endividamento atrelado ao CDI.
- IPCA: A Companhia possui 22,5% de seu endividamento atrelado a IPCA.
- SELIC: A Companhia possui 9,1% de seu endividamento atrelado à SELIC.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica, uma vez que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia com efeito relevante e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

c) eventos ou operações não usuais

Não se aplica, uma vez que não houve eventos ou operações não usuais realizadas pela Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

10.4. Os Diretores devem comentar:

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores.

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

2016

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no período encerrado em 30 de junho de 2016.

2015

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas: Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014 e 2013.

Ênfases: Não houve ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014 e 2013.

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores



Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outros normativos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os Diretores da Companhia elaboram as demonstrações financeiras com todas as informações relevantes que correspondem às utilizadas em sua gestão, e somente elas, estão sendo evidenciadas.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) Os ativos e passivos detidos pela Emissora, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

- b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Emissora**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Emissora em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

10.8. Plano de negócios

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Investimentos Próprios

CEMAR

Em 31 de dezembro de 2016, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$486 milhões, aumento de 42,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do estado.

Em 2015, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$340 milhões, dos quais R\$73 milhões foram direcionados à manutenção da rede e R\$217 milhões à expansão da rede de distribuição de energia.

Em 2014, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$316 milhões, dos quais R\$83 milhões foram direcionados à manutenção da rede e R\$184 milhões à expansão da rede de distribuição de energia.

CELPA

- **Interligação de Sistemas Isolados:** Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.
- O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$184.660

e 2ª fase no valor de R\$280.538. Já para Interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$22.374.

- Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à Companhia R\$ 220.709 (R\$ 163.912 em 31 de dezembro de 2015), ficando um saldo a receber de R\$ 294.372 (R\$ 348.129 em 31 de dezembro de 2015). Em relação à interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos em 22.11.2016, foi repassado à Companhia o valor total do projeto R\$ 22.374.
- **Programa de Redução de Perdas:** são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas da CELPA.
- **Linhas e Subestações de Distribuição e Manutenção/Melhorias No Sistema:** Investimentos feitos com caixa próprios, ou com recursos financiados por bancos privados ou estatais, destinados a manutenção, ampliação e melhorias do sistema elétrico da Companhia.
- **Manutenção de Rede:** Investimentos destinados à manutenção ou melhoria da qualidade do fornecimento de energia aos consumidores, assim como à redução do custo de operação da Companhia.
- **Expansão e Melhoria da Rede:** Investimentos destinados à expansão da cobertura da rede de distribuição com vistas a acompanhar o crescimento de consumo de energia na área de concessão da Companhia.
- **Equipamentos e Sistemas:** Investimentos em equipamentos e sistemas de informação e informática para melhoria na qualidade da operação e redução de custos operacionais da Companhia.

Investimentos no Programa Luz Para Todos

CEMAR

Em 31 de dezembro de 2016, foi alcançada a marca de 344 mil domicílios ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR por meio do Programa Luz Para Todos, o que beneficia diretamente mais de 1,7 milhão de habitantes.

Em 2016, o investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros foi de R\$121 milhões, sendo que em 2015, o investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros foi de R\$78 milhões, sendo que em 2014, foram investidos R\$72 milhões.

CELPA

Programa que utiliza recursos do fundo CDE para interligação de consumidores que não possuíam conexão com o Sistema Interligado Nacional (SIN), visando a universalização do acesso à energia elétrica no país.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As controladas da Emissora financiam seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, ELETROBRÁS, BNDES, IFC e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário, tais como DEBÊNTURES e outros títulos que tenham taxas atrativas e perfil de prazo adequados.

Já os investimentos diretos do Programa Luz Para Todos são financiados com recursos da Eletrobrás, através da linha de RGR e de CDE.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisição de ativos que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não se aplica.

10.9 Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II
ANEXO 9-1-II (Instrução CVM 481/09)
Destinação do lucro líquido

(Valores apresentados em R\$ Mil, exceto quando indicado de maneira diferente)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R. R\$ 712.217

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

R. Dividendos propostos: R\$ 170.872
Valor dos dividendos por ação: R\$ 0,86

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

R. 24,0%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

R. Não há

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Dividendos

Tipo de Ação	Quantidade	Valor
Ordinárias	198.694	115.242

Juros sobre capital próprio

Tipo de Ação	Quantidade	Valor
Ordinárias	198.676	55.629

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

R. Serão pagos até 31 de dezembro de 2017 em data a ser definida futuramente pela Administração da Companhia.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital

próprio

R. Não há.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

R. Terão direito ao recebimento dos dividendos anunciados aqueles acionistas identificados como tais na data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

R. Não houve

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

R. Não houve

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2016	2015	2014
Lucro do Exercício	712.217	808.482	637.756
Lucro por ação (R\$)	3,58	4,07	3,21
Quantidade média ponderada de ações	198.645	198.484	197.832

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

R.

Valor por Ação (lote de unidades de reais)

Deliberação	Proventos	Valor	ON
2016			
Reunião do Conselho de Administração em 26 de dezembro de 2016	Juros sobre capital próprio (bruto)	55.629	0,28
Reunião do Conselho de Administração em 08 de março de 2017	Dividendos	115.242	0,58
2015			
Reunião do Conselho de Administração em 23 de dezembro	Juros sobre capital próprio (bruto)	69.506	0,35

de 2015

Reunião do Conselho de Administração em 10 de março de 2016	Dividendos	129.083	0,65
<hr/>			
2014			
Reunião do Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2014	Juros sobre capital próprio (bruto)	59.534	0,30
Reunião do Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015	Dividendos	93.270	0,47

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R. R\$ 35.611

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

R. 5% sobre o lucro líquido do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

R. Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

R. Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

R. Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

R. Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

R. Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

R. “(iii) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o item (i) deste Parágrafo será distribuído a título de dividendo a todos os acionistas da Companhia;”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

R. Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

R. Não houve.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

R. Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

R. Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos

R. Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

R. Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

R. Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

R. Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

R. Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

R. Não aplicável

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

R. Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

R. “(iv) a parcela remanescente do lucro líquido do exercício após o pagamento de dividendo aos acionistas, em percentual a ser definido pela assembleia geral, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade (i) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica; (ii) reforçar o capital de giro da Companhia; e, (iii) ainda, ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia;”

b. Identificar o montante destinado à reserva

R. R\$500.171

c. Descrever como o montante foi calculado

R. Saldo excedente do lucro do exercício ajustado, após proposta de dividendos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

R. Não aplicável

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

R. Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R. Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

R. Não aplicável

ANEXO III

CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Itens 12.5 a 12.10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 481/09)

12.5 – Em relação aos candidatos a membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	Dt. Nascimento	Profissão	CPF	Cargo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções	Eleito pelo controlador?	Membro Independente	Mandatos Consecutivos
Luis Henrique de Moura Gonçalves		Administrador de Empresas	011.974.617-44	Conselheiro de Administração	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2019	Não há	N/A	Sim	0
Carlos Augusto Leone Piani	24/04/1973	Administrador de Empresas	025.323.737-84	Conselheiro de Administração	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2019	Não há	N/A	Não	3
Guilherme Mexias Aché	14/05/1969	Economista	960.753.177-91	Conselheiro de Administração	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2019	Não há	N/A	Não	0
Firmino Ferreira Sampaio Neto	14/05/1946	Empresário	149.224.538-06	Conselheiro de Administração	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2019	Não há	N/A	Não	5
Marcelo Souza Monteiro	03/11/1963	Economista	803.398.757-04	Conselheiro de Administração	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2019	Não há	N/A	Não	0
Eduardo Saggioro	03/01/1979	Empresário	079.897.957-79	Conselheiro de Administração	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2019	Não há	N/A	Sim	1
José Jorge Vasconcelos de Lima	18/11/1944	Engenheiro e Economista	064.175.904-53	Conselheiro de Administração	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2019	Não há	N/A	Não	0

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções	Eleito pelo controlador	Membro Independente	Mandatos Consecutivos
Paulo Roberto Franceschi	12/06/1951	Contador	171.891.289-72	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2018	Não há	N/A	N/A	7
Saulo de Tarso Alves de Lara		Administrador	678.691.498-53	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2018	Não há	N/A	N/A	1
Vanderlei Dominguez da Rosa	09/09/1963	Contador	422.881.180-91	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2018	Não há	N/A	N/A	2
Moacir Gibur	26/08/1966	Contador	574.558.569-20	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2018	Não há	N/A	N/A	2
Claudia Luciana Ceccato de Trotta	05/06/1971	Advogada	606.362.629-87	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2018	Não há	N/A	N/A	2
Ricardo Bertucci	02/08/1977	Contador	003.673.579-50	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	27/04/2017	27/04/2017	AGO 2018	Não há	N/A	N/A	0

Subitens do item 12.5:

Firmino Ferreira Sampaio Neto

O Sr. Sampaio foi Presidente do Conselho de Administração da Equatorial Energia de março de 2006 a abril de 2010 e Conselheiro da Cemar desde maio de 2004. Sr. Sampaio Neto foi presidente da Eletrobrás entre os anos de 1996 e 2001 e Presidente da Eletrobrás Termonuclear entre os anos de 2000 e 2001. O Sr. Sampaio Neto foi Presidente e Diretor Financeiro da COELBA por 14 anos. Membro do Conselho de Administração de Furnas, Itaipu Binacional, CHESF, Eletrosul, Gerasul, CEMIG, ENERSUL, CEMAT e LIGHT. O Sr. Sampaio Neto é graduado em Economia pela UFBA e pós-graduado em Planejamento Industrial pela SUDENE/IPEA/FGV.

Guilherme Mexias Aché

O Sr. Aché é economista e sócio fundador da Squadra Investimentos - Gestão de Recursos Ltda., atuando como CEO e co-CIO desta empresa. Adicionalmente atua como Conselheiro do Grupo Imaginarium. O Sr. Aché foi chefe da área de análise de empresas do Banco Pactual entre 1993 e 1998, onde começou como analista em 1991. De 1998 a 2007, foi um dos sócios fundadores e diretor da JGP Gestão de Recursos, onde foi o Portfolio Manager responsável pelos investimentos em ações, tanto no Brasil como em outros mercados emergentes.

Carlos Augusto Leone Piani

O Sr. Piani é presidente da divisão canadense da Kraft Heinz Company, tendo sido diretor da Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. desde abril de 2010, sendo co-responsável pela área de Private Equity. Adicionalmente, o Sr. Piani é Conselheiro da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações e da Unidas S.A. desde de julho de 2011 e membro dos Conselho de Administração da Equatorial e CEMAR desde abril de 2010 e março de 2006, respectivamente. Na Equatorial, também foi membro do Conselho de Administração entre novembro de 2008 e abril de 2010 e diretor presidente entre março de 2007 e

abril de 2010. Na CEMAR, também foi Vice-Presidente Administrativo Financeiro entre maio de 2004 e março de 2006 e Diretor Presidente entre março de 2006 e abril de 2010. Antes, trabalhou durante 6 anos no Banco Pactual. Entre 2000 e 2004, coordenou a gestão de fundos de capital de risco administrados pela Área de Investimentos do Banco. Neste período, atuou como membro do conselho de administração da Proteus Soluções em Tecnologia da Informação S.A., Visionnaire S.A., Extracta Moléculas S.A., Padtec S.A., Pini S.A, Automatos International Ltd. e SpringWireless Ltd. e como conselheiro fiscal suplente da Eletropaulo Metropolitana Energia Elétrica de São Paulo S.A. (de abril de 2003 a março de 2004). Entre 1998 a 2000, trabalhou na área de Finanças Corporativas em operação voltadas para os setores de infra-estrutura. Antes do Pactual, trabalhou em 1997 na Ernst & Young como analista do Departamento de Business Valuation. O Sr. Piani é graduado em Informática pela PUC-RJ e em Administração de Empresas pelo IBMEC. Além disto, obteve o título de CFA Charterholder pelo CFA Institute em 2003 e concluiu o curso Owners and President Management (OPM) Program da Harvard Business School em 2008.

Eduardo Saggiaro

O Sr. Saggiaro é sócio-fundador da Visagio, atua há 12 anos em consultoria em gestão empresarial, tendo prestado serviços para empresas como Vale, Petrobrás, Oi, Shell, Fiat, Basf, Ipiranga, Endesa, Marquise, CR Almeida, Marítima, Abril, Anglo American, Casagrande, Camargo Corrêa, Estácio, Lafarge, dentre outras, em países como Brasil, Canadá, Itália, Austrália, Indonésia, Nova Caledônia e Omã. Foi também durante 5 anos professor de cursos de especialização do COPPEAD em gestão de operações e logística, sendo co-autor de 2 livros e mais de 10 artigos na área. É formado em Engenharia de Produção pela UFRJ, possui mestrado em Engenharia de Gestão pelo Politécnico de Turim e participa da Cátedra de Estratégia e Crescimento Organizacional do COPPEAD.

Luis Henrique de Moura Gonçalves

O Sr. Gonçalves é sócio e membro do Conselho de Administração da Gera Venture e Eleva Educação (desde 2011); Imaginarium S/A (desde 2012); e Brasil Brokers (desde 2014). O Sr. Gonçalves foi o sócio responsável por investimentos em ações da 3G Capital em Nova Iorque de 2005 a 2011. Entre 1998 e 2004 foi gestor de portfólio de ações internacionais e chefe da área de análise da JGP S.A. Foi analista de finanças corporativas e gestor de ações brasileiras no Banco Pactual, entre 1994 e 1998, e trainee internacional e analista de finanças corporativas no Citibank NA, de 1990 a 1994. O Sr. Gonçalves é formado em administração de empresas pela PUC-Rio, possui especialização em Finanças Corporativas pelo IBMEC e em Fusões e Aquisições pela Wharton School of Business.

Marcelo Souza Monteiro

O Sr. Monteiro foi Gerente da Área de Captação de Recursos na COPEL, entre 1990 e 1995. Juntou-se ao Banco Pactual em 1995, onde atuou como Analista "Sell Side" do Setor Elétrico e Portfólio Manager até 2007, sendo sócio desde 2001. Foi Portfolio Manager de mercados emergente no Pactual Capital Partners (PCP) entre 2007 e 2009. O Sr. Monteiro foi membro do Conselho Fiscal da Equatorial Energia e da CEMAR, bem como membro do Conselho de Administração da CESP e da Triunfo Participações.

José Jorge Vasconcelos de Lima

Engenheiro Mecânico, pela UFPE, em 1967. Economista, pela UCPE, em 1968. Mestre em Ciências pela UFRJ, em 1971 e pós-graduado em Estatística pela Universidade de Madrid, Espanha - 1972. Na vida pública do Estado de Pernambuco, exerceu diversas atividades: Secretário de Estado de Educação e Cultura (1975 - 79), Secretário do Estado de Habitação (1979 - 82), Secretário do Estado de Educação, Cultura e Esportes (1991-93), e a Presidência do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED. No âmbito da Administração Federal, foi Ministro de Estado de Minas e Energia, (2001 - 02) e Presidente dos Conselhos de Administração da Petrobrás, Petrobrás Distribuidora e Eletrobrás (2001 - 02). No Poder Legislativo exerceu o mandato de Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco por quatro mandatos consecutivos (1983 - 99). Em 1998 foi eleito Senador da República pelo Estado de Pernambuco para o período de 1999-2007. Presidiu a Companhia Energética de Brasília - CEB e dirigiu a CEB Distribuição S/A, CEB Participações S/A, CEB Geração S/A, CEB Lajeado S/A e a Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS (fev/2007 a dez/2008). Nesse período, presidiu o Conselho de Administração da CEB. Nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União em 19 de janeiro de 2009, foi empossado em 3 de fevereiro, cargo que exerceu até 18 de novembro de 2014.

Paulo Roberto Franceschi, candidato a membro efetivo do conselho fiscal

O Sr Paulo Roberto é sócio da AUDICONTROL Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal, desde 1995. Como Sócio sênior, tem como responsabilidade a condução estratégica do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios e a administração geral da empresa. Trabalhou em Auditoria Internacional por 18 anos antes de estabelecer a sociedade Audicontrol. É membro titular do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Bematech S.A., Equatorial Energia S.A. (controladora do Emissor), Triunfo Participações e Investimentos S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. (empresa do grupo econômico do Emissor). É também membro suplente do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Cia. Energética de Pernambuco – CELPE, Tecnisa S.A., Weg S.A., BB Seguridade Participações S.A., Schulz S.A.. O Sr. Paulo Roberto cursou Ciências Econômicas pela FAE Business School e Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná.

Saulo de Tarso Alves de Lara – candidato a membro efetivo do conselho fiscal

Saulo de Tarso Alves de Lara é graduado em Administração de Empresas (1979) pela Fundação Getúlio Vargas. Fez cursos de extensão no IMD - International Management Development (1984) onde obteve sua pós graduação na área de Control and Finance. O Sr Lara iniciou sua carreira na Arthur Andersen permanecendo como auditor externo por dez anos. No período de 1987 até 1996 atuou no segmento da construção civil, em indústria cimenteira, responsável pela área de controle e controle corporativo das operações do Brasil e América do Sul. Em 1996, foi indicado para ser o CFO de empresa Americana, do ramo de embalagens. Em 1998, foi contratado como diretor de Planejamento e Controle da Cyrela Brazil Realty, permanecendo na companhia até 2010, quando assumiu o cargo de Diretor de Controladoria na PDG Realty. Desde 2013, é CFO da Greenwood Resource Brasil.

Vanderlei Dominguez da Rosa, candidato a membro efetivo do conselho fiscal

O Sr. Dominguez é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em cursos de extensão em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contabilidade de Custos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É sócio-executivo da empresa HB Audit – Auditores Independentes S.S. e sua principal função é a de executar, revisar e supervisionar os trabalhos de auditoria independente e é o responsável técnico perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Atua como membro efetivo do Conselho Fiscal das empresas: Odontoprev S.A., Sanepar, Tecnisa S.A., Weg S.A.; e como membro suplente do conselho fiscal das empresas Marcopolo S.A., Padtec S.A., IdeiasNet S.A., Officer Distribuidora S.A.; Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho Fiscal das empresas Triunfo Participações e Investimentos S.A., Equatorial Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. (estas duas últimas integrantes do grupo econômico do Emissor), OSX Brasil S.A., Tegma Gestão e Logística S.A., Multiplus S.A., MPX Energia S.A., Tupy S.A., Marisol S.A..

Moacir Gibur – candidato a membro suplente do conselho fiscal

O Sr. Gibur é sócio da empresa Audicontrol Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal desde 2001, tendo anteriormente trabalhado na Emilio Romani S.A. e na Russel Bedford Auditores Independentes. O Sr. Gibur foi membro titular do Conselho Fiscal da Siderquímica S.A..

Claudia Ceccatto de Trotta – candidata a membro suplente do conselho fiscal

A Sra. Trotta é formada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e especializada em Direito Societário pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente, é sócia de Trotta, Ceccatto Advogados Associados, sociedade de advogados com atuação especializada nas áreas de Direito Societário, Empresarial, Investimentos Estrangeiros, Contratos Empresariais, Direito Administrativo e Concorrencial, Direito Ambiental, Direito Civil e Imobiliário, desde 2013. Também foi sócia, por 18 anos, do Escritório Augusto Prolik – Advogados Associados, atuando como advogada nas áreas de Direito Empresarial, Direito Societário, Contratos e Investimentos Estrangeiros. A Sra. Trotta também é membro da Comissão de Sociedades de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, desde julho de 2013 e foi instrutora da Comissão de Seleção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, responsável pela relatoria dos processos de arquivamento de constituição, alteração e demais atos societários das sociedades de advogados.

Ricardo Bertucci – candidato a membro suplente do conselho fiscal

O Sr. Bertucci é graduado em Ciências Contábeis pela UFPR – Universidade Federal do Paraná e pós graduado em Controladoria pela FAE Business School. É sócio da Audicontrol – Auditoria e Controle desde 2011, sendo sócio sênior responsável pela condução da estratégia do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios.

12.6 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no último exercício informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Cargo	% Participação
Carlos Augusto Leone Piani	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	100%
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	100%
Eduardo Saggioro	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	100%
Luís Henrique de Moura Gonçalves	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	100%
Guilherme Mexias Aché	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	100%
Marcelo Souza Monteiro	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	100%
José Jorge Vasconcelos de Lima	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	Não aplicável
Paulo Roberto Franceschi	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	100%
Saulo de Tarso Alves de Lara	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	100%
Vanderlei Dominguez da Rosa	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	75%
Moacir Gibur	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	Não aplicável
Claudia Luciana Ceccatto de Trotta	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	Não aplicável
Ricardo Bertucci	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	Não aplicável

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não há.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários:

Não aplicável.

12.9 e 12.10 – Em relação aos candidatos a membros do conselho fiscal do emissor:



Em relação aos indicados não há, nos últimos 5 anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores da Companhia; (b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Os srs. Saulo de Tarso Alves de Lara, Paulo Roberto Franceschi, Vanderlei Dominguez da Rosa, Moacir Gibur, Claudia Luciana Ceccatto de Trotta e Ricardo Bertucci também estão sendo indicados ao cargo de membros do Conselho Fiscal das controladas Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA.

Os srs. Firmino Sampaio e Carlos Augusto Piani também são membros dos Conselhos de Administração de Cemar e Celpa. O Sr. José Jorge Vasconcelos de Lima também é membro do Conselho de Administração da Celpa.